

Um Campo Saturado de Tensões: O Estudo das Relações Raciais e das Culturas Negras no Brasil

Livio Sansone

Se a importância tanto quanto a qualidade de um artigo acadêmico pudessem ser medidas com base no debate que este estimula, assim como pela variedade das opiniões e das críticas que suscita, o artigo de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant “As Artimanhas da Razão Imperialista” representa, sem dúvidas, um destes artigos que fazem época. Publicado pela primeira vez na revista francesa *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* em 1998, já em 1999 é traduzido e publicado na revista britânica *Theory, Culture & Society* (vol. 16, nº 1) – seguido por um comentário de Couze Venn. Nos anos seguintes o texto foi publicado em diversas revistas em língua espanhola e portuguesa, frequentemente seguido por comentários bastante críticos (ver, entre outros, Healey, 2000). À sua publicação como artigo acadêmico se associa uma série de artigos jornalísticos, nas diferentes edições do periódico mensal *Le Monde Diplomatique*, de aguda crítica sobre diferentes aspectos da sociedade norte-americana – seu sistema penitenciário e de (in)segurança social – por parte de Wacquant, assim como de dura denúncia contra a nova “vulgata” internacional possibilitada por alguns dos poderes da globalização da economia (Banco Mundial, FMI etc.) por parte de Bourdieu. Tratam-se de artigos caracterizados por uma postura que, nos anos 70, teríamos chamado de “genuíno antiamericanismo”: a alma da associação Attak, instrumento de crítica veemente da globalização, da qual Bourdieu participava e que faz do jornal *Le Monde* seu principal veículo de informação. Ironicamente, esta postura intrinsecamente crítica dos dogmas da sociedade norte-americana (o trabalho como fonte de prazer, o

Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 1, 2002, pp. 5-14

Estado como distribuidor de felicidade, as identidades setoriais como cimento do coletivo na nação) foi se articulando e aglutinando simpatias de intelectuais na França e alhures durante uma época de relativa abertura e oxigenação da sociedade norte-americana. “As Artimanhas da Razão Imperialista” foi publicado, em sua versão original, num contexto político diferente e mais favorável daquele de hoje para se questionar o Consenso de Washington. Eram os anos da era Clinton, anos que deixavam pensar num novo Império americano centrado no consenso, mais do que na imposição de escolhas unilaterais (Negri & Hardt, 2000). Anos durante os quais o americanismo, seja qual for sua ênfase e campo de aplicação, seduzia muito mais do que pode ser o caso hoje.

Sem querer resumir o conteúdo deste artigo nesta breve introdução a este número especial (reproduzimos a versão integral do artigo de Bourdieu & Wacquant para facilitar a leitura dos sucessivos comentários), antecipo que o artigo faz uma crítica cogente ao fenômeno do imperialismo intelectual, esmiuçando o perigo de tornar os EUA, país absolutamente central na produção das Ciências Sociais, não somente um importante termo de referência por qualquer comparação internacional, mas até um Estado ideal e final – a mais desenvolvida, completa e, para alguns, justa forma de modernidade. Tornando os EUA nossa Utopia, a consequência seria que todo sistema ou país que se diferenciasse dele acabaria sendo visto como retrógrado ou até ameaçador. Esta parte do artigo tem sido, aqui no Brasil, sem dúvida aquela que mais aceitação recebeu. Muito de nós se queixam de que o debate acadêmico no Brasil vive, ou se retroalimenta, de uma relação desigual com os EUA: o Brasil passou de modelo positivo a modelo negativo da modernidade, uma casa dos horrores. Dependemos demasiadamente de bolsas e recursos de entidades e fundações norte-americanas; nos submetemos com má vontade às regras que estas identidades nos impõem – é o preço que sabemos ser preciso pagar. Mais e mais compartilhamos com os colegas norte-americanos do mesmo espaço virtual, só que eles muitas vezes dispõem de melhores arquivos e revistas sobre a América Latina do que a própria região. Encontramos outros colegas latino-americanos em nossas andanças pelos EUA – já que nossa postura crítica ao Império do Norte não significa que queiramos negar seus benefícios – muito mais do que no nosso país. Somos, em muitos aspectos, vítimas consensuais de projetos norte-americanos. Tudo isso, como toda injustiça, não pode deixar de gerar rancor e sede de justiça. Ora, o que deixou surpreendidos e indignados muitos de nós, num artigo

escrito também por Pierre Bourdieu, o sócioantropólogo mais citado no Brasil, cuja sagacidade tem feito realmente escola, é a forma pela qual este mesmo artigo aponta a academia brasileira como sendo um conjunto de repetidores das *verdades USA* em termos de relações etno-raciais. Bourdieu e Wacquant concedem nenhum crédito àquela longa série de pesquisadores das relações raciais, assim como àquele importante grupo de historiadores das idéias que, há décadas, indagam sobre os dilemas colocados por idéias, às vezes aquelas de liberdade, que vêm de fora, assim como sobre o que significa dialogar com as idéias associadas à modernidade, que chegam de outros contextos, freqüentemente acompanhadas de óperas cacofônicas. Entre as pessoas que pesquisam as relações raciais, também para encontrar novas e mais adequadas formas de combater o racismo à brasileira, como é pretensão da revista *Estudos Afro-Asiáticos*, “As artimanhas...” teve o efeito de uma bomba.

Frente aos desafios provocados por este artigo instigante, a *EAA* quis reunir as respostas neste número especial, sem pretensão de unicidade, mas buscando pluralidade e matizes. Todos nós, do comitê de redação, estamos cientes de que, na realidade, estamos lidando de forma nova com um problema que é já tão antigo quanto o nosso campo de pesquisa. Este campo tem se configurado desde o começo, que, por comodidade, podemos situar ao redor dos dois primeiros Congressos Afro-Brasileiros de Recife e de Salvador, em 1934 e 1937, respectivamente, como algo denso de tensões, agendas, pontos de vista, olhares e desejos. Um campo de pesquisa em torno do qual também se juntam importantes demandas de cidadania e que vive em constante e problemática sinergia com a luta anti-racista. Neste campo já aconteceram outros grandes e pequenos enfrentamentos entre “nacionais” e “estrangeiros” – embora sempre houvesse alguns “nacionais” tomando partido dos “estrangeiros” e vice-versa –, assim como se realizou toda uma série de alianças estratégicas entre o poder acadêmico no Brasil e algumas fundações estrangeiras, sobretudo norte-americanas (ver Marinho, 2002).

Um simples mergulho na alvorada dos estudos socioantropológicos do contexto afro-baiano nos anos 1930 e 1940, mostra como o campo logo se constitui com fortes e tensas relações de poder, que interligam os intelectuais-chave no contexto local, com padrinhos nacionais e “*brookers*” acadêmicos internacionais. Edson Carneiro dependia de Arthur Ramos, que, por sua parte, dependia de Melville Herskovits. Um utilizando, citando e se beneficiando dos outros. Herskovits dependia de sólidas ligações

locais para poder desenvolver suas pesquisa e teoria transnacional sobre a relativa universalidade dos africanismos, tanto no Novo como no Velho Mundo – naquela região que hoje chamamos de Atlântico Negro. Neste contexto começam a operar também algumas importantes fundações americanas, em primeiro lugar a Rockefeller e a Guggenheim, financiando a vinda de pesquisadores norte-americanos e até a institucionalização da Sociologia, apoiando a Escola Livre de Sociologia de São Paulo. As agendas dos pesquisadores nacionais e destes estrangeiros mostram um conjunto de encontros e desencontros.

Não deve espantar que a chegada de dois importantes e já condecorados pesquisadores e intelectuais negros norte-americanos como Franklin Frazier, da Howard University, e Lorenzo Turner, da Fisk University, para uma viagem de seis meses durante a qual eles conduzem uma pesquisa que estava pensada como preliminar a um projeto maior de cunho comparativo, abale fortemente esta ordem vigente no campo dos estudos afro-brasileiros. A aventura de Frazier e Turner, entre setembro de 1940 e março de 1941 expõe uma teia formada por pontos de vista e agendas diferentes, todos procurando, no Brasil, respostas imediatas para dilemas norte-americanos. Apoiados pelo governo dos EUA, dentro do programa de boa vizinhança que antecede a Segunda Guerra Mundial, fortalecidos pelo patrocínio do Museu Nacional/UFRJ, os dois pesquisadores negros tentam criar as bases para uma grande pesquisa comparativa, que incorpore, além dos EUA, o Haiti, as Antilhas ainda inglesas, e o Brasil. Mas o esforço deles parece ser inútil e suas pesquisas no Brasil somente produzirão poucos e relativamente superficiais artigos. Quase ninguém se lembra mais deles no Brasil, enquanto Herskovits, que já vinha sendo prestigiado no Segundo Congresso Afro-Brasileiro, que a ele pediu para fazer o discurso inaugural do evento, continua citado e relativamente reverenciado, tendo fortemente influenciado a obra de Roger Bastide e Pierre Verger. Sem questionar o valor da obra herskovitsiana, pergunto-me se o sucesso dele e o inodoro fracasso de Frazier e Turner no Brasil também não poderiam ser interpretados como um resultado de uma luta de poder no campo dos estudos afro-brasileiros. A perspectiva de Herskovits, centrada na identificação de continuidade em termos de padrões de cultura entre a África Ocidental e o Brasil, muito bem se encaixava nas agendas de política cultural do Estado Novo e dos mais influentes pesquisadores nacionais, que previam uma incorporação seletiva de traços das culturas negras ao patrimônio cultural da nação, sendo que os tra-

ços a serem incorporados deveriam brilhar em autenticidade, mostrando clara evidência de ascendência africana. Lorenzo Turner, um importante lingüista que havia acabado de se tornar famoso graças a um livro sobre os “africanismos” entre os Gullahs das ilhas Geórgias, nos EUA, deveria ter angariado aceitação no campo dos estudos afro-brasileiros da sua época, já que, de forma lírica, chegou a celebrar a forma pela qual as línguas africanas e, em geral, o elo com a África, tinham se mantido entre algumas prestigiosas famílias de candomblé na Bahia (Turner, 1942). Ele, porém, também ficou esquecido entre a maioria dos pesquisadores das culturas negras no Brasil. O esquecimento no qual caiu Frazier já aponta outro problema: ele usou seus achados, resultado de pesquisa sobre estrutura familiar entre negros, baseando-se em cerca de quarenta entrevistas com pessoas ligadas ao Terreiro do Gantois, no bairro do Engenho Velho da Federação, em Salvador, para questionar a essência *prima* da teoria de Herskovits sobre a origem africana dos arranjos das famílias negras. Para Frazier, que era o porta-voz de um pensamento social tanto negro quanto de classe, importante era enfatizar a condição de classe dos negros no Novo Mundo, reforçando o quanto as relações raciais, muito mais do que a África, “faziam” a cultura negra. Neste sentido, Frazier parece antecipar uma ênfase que, mais tarde, ouviremos em Guerreiro Ramos e em Luis Costa Pinto: uma recusa da construção do negro como ser intrinsecamente cultural. Isso mostra que nem sempre os estrangeiros chegam com agendas alheias às tensões locais, e como os enfoques “locais” às vezes refletem debates mais amplos e transnacionais – por exemplo, se, na luta pela emancipação dos negros nas Américas, seria mais apropriado enfatizar as diversidade e origem africanas de seus costumes, ou, pelo contrário, mais eficaz seria sublinhar o caráter nacional e americano das formas sociais e culturais vivenciadas pelos negros.

Outro caso bem mais conhecido é aquele de Ruth Landes. Suas desventuras com importantes agentes do nosso campo mostraram também como era perigoso transgredir as primeiras, mas não por isso menos injustas regras das posições de poder no nosso campo (Landes, 1966; Ramos, 1942:183-195). Como é de tradição, no nosso campo de investigação, observadores e observados, assim como brancos e negros, sempre têm seus próprios lugares. Os estrangeiros assumem outra posição, aquela do *outsider* necessário, fator de corroboração da força e da autenticidade de uma expressão cultural negra: há observadores estrangeiros (ensaístas, antropólogos e, mais tarde, etno-turistas) justamente naquelas ins-

tâncias caracterizadas por mais e reconhecidas autenticidade e “africanidade”. Este estrangeiro – mal necessário tanto quanto potencial descobridor de talento – é, assim, parte integrante do campo dos estudos afro-brasileiros. Não pode ser uma surpresa que esses mecanismos de legitimação acadêmica gerassem um clima desfavorável para todos. Demais adiantadas para a sua época, as dificuldades de Guerreiro Ramos – sociólogo e negro assumido – em ganhar aceitação no meio acadêmico antecipam muitas das críticas e rancores na nova geração de intelectuais negros perante o meio acadêmico, com seus amores pelas torres de marfim.

Tampouco é novidade o fato de as relações entre Brasil e Estados Unidos serem hoje um jogo de espelhos; algo que nos lembra as relações entre a Alemanha Ocidental e a Oriental: uma vivendo dos erros da outra. Nos anos que antecedem a Segunda Guerra Mundial o Brasil era representado como um autêntico *alter ego* do sistema racial norte-americano, sua imagem ao revés. Do Brasil servia sua função de espelho e de laboratório racial – onde podiam acontecer coisas impensáveis nos EUA da segregação. É um espelho necessário e inspirador para o trabalho coletivo que culminará no grande esforço em torno da redação e da publicação do monumental *American Dilemma*, de Gunnar Myrdal, em 1944. Ainda em 1955, Ruth Landes celebra a possibilidade do casamento e do amor inter-racial no Brasil frente à sua impossibilidade no mundo inglês (Landes, 1955). Nos anos 60, a imagem hegemônica nas Ciências Sociais com relação à situação etno-racial do Brasil muda radicalmente. Na década seguinte, o Brasil etno-racial deixa de ser fonte de inspiração para se tornar, nas Ciências Sociais norte-americanas, um anacronismo – algo que insiste em ir contra a correnteza da história supostamente universal das tensões etno-raciais. No Brasil, por motivos diversos, não estaria tomando corpo aquela revivescência da identidade étnica que deveria caracterizar a idade madura da cidadania. Em época mais recente, o Brasil continua surpreendendo aqueles, entre nos cientistas sociais, que prognosticavam uma temporada de crescimento ininterrupto das políticas identitárias em escala planetária. O Brasil, país camaleão, continua surpreendendo – positiva ou negativamente – por sua capacidade de transformar as tensões etno-raciais, a princípio imensas, em outro tipo de fricção. Numa época caracterizada pela popularidade do enfoque sobre as políticas identitárias nas Ciências Sociais, os custos da atenção por outras dinâmicas, sobretudo as de classe, o Brasil, e quiçá quase toda a América

Latina, parecem se configurar, mais uma vez, como lugar de anacronismo das formas sociais (Hale, 1995).

O contexto dos estudos afro-brasileiros – como se tem chamado os estudos das relações raciais e da produção cultural negra no Brasil – é muito complexo e não permite interpretações unívocas. Aqui, apresentamos uma variedade de respostas. De acusados de serem “traficantes de idéias” (norte-americanas), alguns autores preferem se ver como aproveitadores inteligentes e oportunistas das possibilidades e brechas abertas pelas fundações de apoio a pesquisas norte-americanas. Todos, porém, salientam como, se há idéias fora de lugar, também e por definição, todas as idéias, em algum momento de sua trajetória, vêm de outro lugar, assim como enfatizam que ao lado disso há a “invenção local”, um uso local de ícones globais associados à negritude, e um uso da “americanidade” de certas idéias como forma de conceder *status* às mesmas num contexto no qual o que é identificado como vindo dos EUA é, a principio, de boa qualidade (Schlesinger, 1987). As contribuições dos três autores americanos são igualmente honestas e nos obrigam a refletir sobre o porquê de tamanha presença de intelectuais, idéias e fundações norte-americanas no Brasil. Há que convir que, além dos inegáveis projetos imperiais de parte da academia norte-americana, somos nós, aqui na América Latina, que necessitamos desta presença americana: para quem escreve, em muitos casos o custo social dos financiamentos da Fundação Ford tem sido menor do que a fadiga e a burocracia que acompanham financiamentos das entidades brasileiras de amparo à pesquisa. Ademais, fundações como Ford, Rockefeller e até MacArthur têm mostrado mais elasticidade em financiar projetos que nem sempre se encaixam perfeitamente nos dogmas e camisas-de-força por meio dos quais estas entidades brasileiras entendem a pesquisa e formação de excelência. É neste contato com intelectuais, centros de pesquisa, bibliotecas, arquivos e fundações norte-americanas que deparamos com o fato de que, obviamente, nem todos os americanos são iguais, e que com alguns deles podemos construir projetos conjuntos em condições relativamente igualitárias. Tenho o prazer de ter colegas norte-americanos que acreditam no debate franco com os pesquisadores baseados no Brasil. Um debate que tem pontos dolorosos tanto para eles como para nós. Por fim, é necessário revelar que neste número especial falta uma reflexão sobre a específica contribuição de uma série de importantes pesquisadores baseados na França, que têm desenvolvido um olhar próprio com relação às relações culturais entre Brasil e África e que, sobretudo durante

toda uma primeira fase, até os anos 60, também têm contribuído para a formação do campo e para o processo de culturalização do ser negro no Brasil.

Trata-se, é claro, de um debate que precisa de continuidade e aprofundamento, e que embute a seguintes questões-chave: como comparar sistemas de relações raciais em países e situações diferentes? O que comparar? E por que comparar? É um debate que também aponta para a necessidade de uma perspectiva comparativa menos centrada na polaridade, um tanto quanto obsessiva, Brasil-EUA.

Este número especial é o primeiro de uma série de dossiês e números especiais que a *EAA*, agora finalmente quadrimestral, apresentará no próximo futuro. Aqui tentamos recolher opiniões diferentes e até divergentes, sem poder acolher tudo, mas fazendo um esforço para tornar público um debate que até então, pelo menos no Brasil, tinha ficado nos bastidores.

No debate que nossa revista apresenta há atores, digamos assim, tradicionais e atores novos, sobretudo jovens intelectuais negros que combinam, de forma original, ativismo com trajetória acadêmica e afirmação da própria individualidade – eles têm projetos de vida em que a negritude apresenta dimensões tanto coletivas como individuais, que não se encaixam facilmente nem nas trajetórias tradicionais da academia, nem naquelas do ativismo.

Nosso dossiê apresenta artigos de três pesquisadores americanos: o historiador John French, o sociólogo Edward Telles, e o cientista político Michael Hanchard. Nenhum deles é novo no debate e todos conhecem bem o Brasil. French pesquisou durante muito tempo o movimento sindical no ABC paulista; Telles vem produzindo muito sobre as desigualdades raciais baseando-se em originais interpretações dos números da cor no Brasil; e Hanchard, autor de *Orfeu e o Poder*, recém-publicado em português pela Editora da UERJ como parte de um projeto de traduções do Centro de Estudos Afro-Asiáticos com o apoio da Fundação Ford, tem se engajado em debates vivazes com autores como Peter Fry, Luiza Bairros e os próprios Wacquant e Bourdieu. Entre os brasileiros, contamos com o sociólogo Sérgio Costa, o antropólogo Jocélio Teles dos Santos e os doutorandos em Ciências Sociais Ângela Figueiredo e Osmundo de Araújo Pinho. Quero enfatizar que alcançamos uma boa variedade, não somente em termos de disciplinas, como também em termos de origem etno-racial, sabendo que isto representa um dado importante no posicionamento dos auto-

res – três negros, um mestiço brasileiro, um chicano, um branco brasileiro e um branco americano.

Temos, por fim, uma grande responsabilidade. O prestígio de Pierre Bourdieu no Brasil e entre os nossos leitores é imenso e merecido. Depois da sua morte, quase nos constrange colocar suas palavras em discussão. Mas isto é exatamente o que Pierre Bourdieu, intelectual tanto brilhante quanto socialmente engajado, teria gostado de ver. Loïc Wacquant é um pesquisador mais jovem, mas já bastante conhecido no Brasil, e dotado de erudição e capacidade criadora avassaladora.

Neste número acabou faltando a prevista réplica de Bourdieu e Wacquant. Era uma tarefa com as quais ambos tinham, generosamente, se comprometido. A morte prematura de Pierre Bourdieu nos deixou sem as suas palavras, assim como deixou extraordinariamente abalado nosso amigo e colega Loïc. Contamos com seu artigo assim que ele possa voltar a trabalhar conosco.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc (1998). “Sur les Ruses de la Raison Imperiale”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 121, pp. 109-118.
- FRAZIER, E. Franklin (1942). “The Negro Family in Bahia, Brazil”. *American Sociological Review*, vol. 7, nº 4, pp. 465-478.
- HALE, Charles (1997). “Cultural Politics of Identity in Latin America”. *Annual Review of Anthropology*, nº 26, pp. 567-590.
- HEALEY, Mark Alan (2000). “‘Disseram que Voltei Americanizada’: Bourdieu y Wacquant sobre la Raza en Brasil”. *Apuntes de Investigación del CECYP*, nº 5, pp. 95-102.
- HELLWIG, David (1992). *African-American Reflections on Brazil’s Racial Paradise*. Philadelphia, Temple University Press.
- HERSKOVITS, Melville (1943). “The Negro in Bahia, Brazil: A Problem in Method”. *American Sociological Review*, vol. 8, nº 4, pp. 394-404 (inclui uma réplica de F. E. Frazier).
- LANDES, Ruth (1955). “Biracialism in American Society: A Comparative View”. *American Anthropologist*, vol. 57, nº 6, pp. 1253-1263.
- (1966). “A Woman Anthropologist in Brazil”. In: P. Golde (ed.), *Women in the Field. Anthropological Experiences*. Berkeley, CA, University of California Press, pp. 118-139.
- MARINHO, Maria Gabriela M. C. (2002). *Norte-Americanos no Brasil. Uma História da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- NEGRI, Antonio & HARDT, Michael (2000). *Empire*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.

Livio Sansone

RAMOS, Arthur (1942). *A Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

SCHLESINGER, Philip (1987). "On National Identity: Some Conceptions and Misconceptions Criticized". *Social Sciences Information*, vol. 2, nº 26, pp. 219-264.

TURNER, Lorenzo (1942). "Some Contacts of Brazilian Ex-Slaves with Nigeria, West Africa". *Journal of Negro History*, vol. 27, nº 1, pp. 55-67.